

ATA N.º 8/Júri

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 9 (NOVE) POSTOS DE TRABALHO PARA A CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DE AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA – A INTEGRAR NA UNIDADE DE EDUCAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE - NA MODALIDADE DE CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO

ATA DA REUNIÃO DO JÚRI – ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES À LISTA UNITÁRIA DE ORDENAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS

1 – Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Júri do procedimento concursal referido em epígrafe, constituído por:

Presidente: Alexandre Miguel Gonçalves Nunes, Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Juventude;

Vogais efetivos: Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Diretora Municipal de Controlo Geral, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos e Carla Sofia Dias Soares, Chefe da Unidade de Educação e Ensino Profissional, **a fim de procederem à análise das alegações recebidas em sede de audiência prévia obrigatória à Lista de Ordenação Final, em conformidade com disposto na alínea f) do artigo 3.º, e com o artigo 23.º e ss da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, conjugados com o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.**

2 – Alegações apresentadas pela candidata ficarão anexas à presente ATA, nela se dando por integralmente reproduzidas.

2.1 – A candidata **Sónia Margarida da Cruz Monteiro Marques**, apresentou o formulário de exercício do direito de participação de interessados, o qual fica anexo à presente ata e nela se dá por integralmente reproduzido, anexando ainda vários documentos que, **desde já se sublinha, não poderão ser considerados por não fazerem parte da sua candidatura inicial**, alegando, em resumo, que *a avaliação curricular que lhe foi efetuada por ser trabalhadora abrangida pelo disposto no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP – candidata com prévio vínculo de emprego público que se encontra a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em aberto – padece de lapsos de avaliação, reclamando as seguintes classificações:*

- Experiência profissional: 20 valores por ter mais de 9 anos de experiência;
- Formação Profissional 12 valores, sem fundamentar;
- Habilitações Literárias – 18 valores (12.º ano);
- Avaliação de Desempenho – 10 valores, por não ter avaliação válida.

Mais, solicita, por isso, a nota final de 16,20 valores no método de seleção Avaliação Curricular a que foi sujeita.

A este propósito, o Júri reunido entende o seguinte:

a) Antes de passar à análise da reclamação convém recordar que, nos pontos 10.4 a 10.6.3 do aviso BEP (e pontos 5.4 a 5.6.2 da Ata n.º1), ambos publicitados no site da autarquia, consta a densificação dos critérios de avaliação curricular aplicáveis aos candidatos abrangidos pelo dito n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, dos quais resulta a seguinte fórmula final de cálculo:

$$AC = (20\% \times HL) + (30\% \times FP) + (40\% \times EP) + (10\% \times AD)$$

b) A candidata reclamante obteve 13,35 valores no método de seleção Avaliação Curricular, tendo, por isso, sido excluída do grupo de candidatos elegíveis para a aplicação do 2.º método de seleção ao abrigo do disposto na alínea b) do ponto 10.8 do Aviso BEP, o qual refere que será efetuada a “Aplicação do 2.º método de seleção e dos métodos seguintes apenas aos candidatos aprovados no método imediatamente anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de 30 (trinta) candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades de recrutamento”. Assim, dado que a classificação obtida, apesar de ser positiva (igual ou superior a 9,5 valores) não se situou nas 30 melhores classificações obtidas pelos candidatos sujeitos ao 1.º método de seleção, e foi possível preencher os postos de trabalho colocados a concurso com a sequência de diligência aplicadas àqueles candidatos, a candidata reclamante foi excluída do vertente procedimento concursal.

c) No que diz respeito às classificações obtidas pela candidata reclamante nos parâmetros de avaliação que compõem o método de seleção Avaliação Curricular, a candidata reclamante obteve as seguintes classificações (oportunamente divulgadas na Ata n.º 4 deste júri):

| | HA | FP | EP | AD | Nota Final AC |
|--|----|----|----|-------|---------------|
| Sónia Margarida da Cruz Monteiro Marques | 18 | 10 | 14 | 11,54 | 13,50 Valores |

Fórmula de cálculo: $AC = (20\% \times HA) + (30\% \times FP) + (40\% \times EP) + (10\% \times AD)$, em que: AC = Avaliação Curricular | HA = Habilitações Literárias | FP = Formação Profissional | EP = Experiência Profissional | AD = Avaliação de Desempenho.

d) Reanalizada a documentação apresentada pela candidata na sua candidatura ao vertente procedimento concursal constate-se que:

- Quanto à Experiência Profissional, a candidata comprovou deter 2025 dias (5anos e seis meses) de antiguidade em posto de trabalho de idêntico teor ao do vertente procedimento concursal, **mantendo-se classificação de 14 valores atribuída;**
- Quanto à Formação Profissional, a candidata não apresentou qualquer comprovativo de formação, pelo que a nota mínima **de 10 valores que lhe foi atribuída se encontra também correta;**
- Quanto aos restantes dois parâmetros – Habilitações Literárias e Avaliação do Desempenho, não existem divergências reclamadas, pelo que se mantêm as classificações atribuídas, novamente comprovadas pelo júri.

3 – Pelos motivos acima expostos, o júri deliberou manter todas as classificações anteriormente atribuídas à candidata na Avaliação Curricular, sem qualquer alteração, confirmando a respetiva classificação final, nos termos que foram publicitados na Ata n.º 4 deste júri – ATA DA REUNIÃO DO JÚRI – APLICAÇÃO DO 1.º MÉTODO DE SELEÇÃO.


4 – Não existindo outras alegações, o júri deliberou notificar a candidata reclamante via email, enviando-lhe, em anexo, a presente ata do júri e proceder à afixação da mesma no átrio do Edifício dos Paços do Concelho e no site da Autarquia em <https://www.cm-montemorvelho.pt/index.php/municipio/camara-municipal/recursos-humanos/procedimentos-concursais>, para aí poder ser consultada.

Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

O Júri do procedimento,


Alexandre Miguel Gonçalves


Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos


Carla Sofia Dias Soares